



Centro Social Paroquial de Avidos

Demonstrações Financeiras **31 de Dezembro de 2023**

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração Fluxos de Caixa	5
Anexo às Demonstrações Financeiras	6
NOTA INTRODUTÓRIA	6
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	6
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	8
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	13
5. ATIVOS INTANGÍVEIS	15
6. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	15
7. INVENTÁRIOS	15
8. RENDIMENTOS E GASTOS	16
9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	16
10. OUTRAS INFORMAÇÕES	16
10.1. Subsídios, doações e legados à exploração	16
10.2. Gastos com o pessoal	17
10.4. Outras contas a receber	17
10.5. Diferimentos	18
10.6. Caixa e Depósitos Bancários	18
10.7. Fornecedores	18
10.8. Estado e Outros Entes Públicos	18
10.9. Outras Contas a Pagar	19
10.10. Fornecimentos e serviços externos	19
10.11. Outros rendimentos e ganhos	19
10.12. Outros gastos e perdas	20
10.13. Resultados Financeiros	20
11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	21
12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	21
13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	22
14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS	22
15. OUTRAS DIVULGAÇÕES	22

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2023	31/12/2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4.2	1 893 409,83	1 957 603,43
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		14 892,57	22 871,38
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		1 908 302,40	1 980 474,81
Activo corrente			
Inventários		9 838,01	4 740,56
Clientes	10.3	47 606,81	56 461,51
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos	10.8	883,93	1 993,59
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	10.4	1 393,42	20 263,99
Diferimentos	10.5	918,58	5 838,12
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	10.6	94 166,19	212 262,34
Subtotal		154 806,94	301 560,11
Total do activo		2 063 109,34	2 282 034,92
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	11.2		
Fundos		4 987,98	4 987,98
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		1 097 469,30	1 108 458,52
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		142 073,16	179 295,34
Resultado Líquido do período		-121 422,71	-10 989,22
Total do fundo do capital		1 123 107,73	1 281 752,62
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		616 072,44	616 072,44
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		616 072,44	616 072,44
Passivo corrente			
Fornecedores	10,7	59 390,67	82 945,72
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	10.8	50 046,79	27 669,49
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos		0,00	41 750,88
Diferimentos			
Outras contas a pagar	10.9	214 491,71	231 843,77
Outros passivos financeiros			
Subtotal		323 929,17	384 209,86
Total do passivo		940 001,61	1 000 282,30
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 063 109,34	2 282 034,92

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	8.2	921 805,02	819 093,25
Subsídios, doações e legados à exploração	10.1	643 476,50	570 087,95
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-160 643,30	-131 227,19
Fornecimentos e serviços externos	10.10	-284 413,29	-196 463,78
Gastos com o pessoal	10.2	-1 280 638,04	-1 092 000,60
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-2 741,77	
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	10.11	105 579,69	88 763,73
Outros gastos e perdas	10.12	-1 319,79	-400,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-58 894,98	57 852,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4.2	-64 193,60	-68 705,90
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-123 088,58	-10 853,34
Juros e rendimentos similares obtidos	10.13	2 673,89	1 320,24
Juros e gastos similares suportados	10.13	-1 008,02	-1 456,12
Resultados antes de impostos		-121 422,71	-10 989,22
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-121 422,71	-10 989,22

Anexo às Demonstrações Financeiras

NOTA INTRODUTÓRIA

Anexo elaborado de acordo com a Norma contabilística e de relato financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF – ESNL).

As posições não indicadas correspondem a situações não aplicáveis à Instituição ou a sua apresentação e divulgação não é relevante.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade:

Centro Social Paroquial de Avidos

NIPC: 503671665

Instituição de Solidariedade Social - IPSS

1.2. Sede e localização das instalações:

Rua Manuel Correia Marques, n.º 248

Avidos – V. N. Famalicão

4770-795 – Avidos

1.3. Natureza da atividade:

A atividade do Centro Social Paroquial de Avidos é desenvolvida nos termos dos estatutos da instituição, publicados no Diário da República n.º 246 de 24/10/1998, Série III, e tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Apoio à Primeira Infância, através de Creche.
- Apoio à Terceira Idade, através de lar de Idosos, Centro de Dia para Idosos, Centro de Convívio, Apoio Domiciliário e Apoio Habitacional a Famílias Carenciadas.
- Apoio à Juventude, facultando-lhe Cursos de Formação Profissional que lhe proporcione entrar no mundo do trabalho.

Para desenvolver estas atividades para os utentes a seguir discriminados, a instituição tem nos seus quadros os seguintes trabalhadores, por Resposta Social:

	ERPI	SAD	CD	CRECHE	DIVERSAS	TOTAL
UTENTES	40	41	19	55	3	158
PESSOAL	42	24	8	12	1	87

Demonstração Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		984 440,92	853 016,52
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		427 241,84	303 038,10
Pagamentos ao pessoal		884 488,92	730 455,95
Caixa gerada pelas operações		-327 289,84	-180 477,53
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-3 364,43	-2 989,99
Outros recebimentos/pagamentos		255 317,02	295 949,42
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-75 337,25	112 481,90
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares			0,00
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		41 750,88	44 606,78
Juros e gastos similares		1 008,02	1 456,12
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-42 758,90	-46 062,90
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-118 096,15	66 419,00
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		212 262,34	145 843,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período		94 166,19	212 262,34

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com período de reporte consistente com o ano civil e preparadas no pressuposto da continuidade das operações e no regime do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Instituição, tendo por base de mensuração o custo histórico, e de acordo com as normas contabilísticas do Sistema de Normalização Contabilística-ESNL (SNC-ESNL), regulado pelos diplomas legais mais relevantes que se seguem:

- DL n.º 158/2009.
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio.
- Portaria n.º 218/2016 de 23/7.
- Norma contabilística e de relato financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF - ESNL), aditada pelo Decreto-Lei n.º 98/2016, de 2 de junho.
- - NCRF-ESNL Norma Contabilística e de Relato Financeiro – Entidades Setor Não Lucrativo.
- Aviso n.º 8257/2016
- Aviso n.º 8259/2016 de 29/07.
- Portaria n.º 220/2016, de 24/07.

Sempre que a NCRF-ESNL não respondam a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem à Instituição, em matéria de contabilização ou relato financeiro, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que apresente, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, fez-se recurso pela ordem indicada:

- Às NCRF e NI;
- Às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002;
- Às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

A data do Balanço é 31 de dezembro de 2023, e todas as informações se referem ao período de relato, que é o do Ano Civil de 2023.

Todos os montantes se encontram expressos em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício de 2023 são comparáveis às do exercício de 2022.

Decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, as anteriores normas contabilísticas foram objeto de alterações, implicando a revisão dos modelos de demonstrações financeiras em vigor até 31 de dezembro de 2015, através da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1. Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime do Acréscimo (periodização económica);
- Consistência de apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação;
- Comparabilidade.

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a.1) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição, ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação em vigor ou ao justo valor calculado com base em avaliações efetuadas por peritos independentes, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de

restauração dos respetivos locais de localização que a Instituição espera incorrer.

Os ativos adquiridos por meio de subsídios do governo são reconhecidos, de igual modo, pelo custo de aquisição ou produção.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, tendo em conta a sua vida útil. Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Bem	Anos
Terrenos e recursos naturais	0 anos
Edifícios e outras construções	6 a 50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Outros activos fixos tangíveis	5 a 20 anos

Os terrenos não são amortizados por não sofrerem desvalorização pela utilização.

O edifício do imobilizado é o da sede e das instalações onde se desenvolvem as atividades da Instituição.

As despesas subsequentes com manutenção e reparação que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que incorrem.

O ganho, ou a perda, resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

a.2) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos" e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação dos ativos são registados como gastos na demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

a.3) Custo dos empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Exceto quando sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos em que os custos são capitalizáveis.

a.4) Inventários

As mercadorias estão valorizadas ao custo de aquisição.

O custo de aquisição inclui todas as despesas incorridas até à entrada em armazém.

Se o valor realizável líquido for inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade.

A reversão das perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressas na demonstração de resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)".

A Instituição utiliza o regime de inventário permanente.

a.5) Contratos de construção - Obras

A Instituição reconhece os custos das obras de acordo com a data da sua entrada em funcionamento se for uma construção nova, caso em que integra o imobilizado, ou quando a obra estiver completa se for arranjo, manutenção ou reabilitação, caso em que é considerada despesa corrente se não aumentar o período de vida útil e/ou não for considerada uma alteração significativa.

a.6) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, sem consideração dos efeitos de impostos dedutíveis, desde que o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade e for provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade, com as especificações seguintes:

1. Venda de bens: o rédito é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- a. todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- b. a Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- c. os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

2. Prestação de serviços: o rédito é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as condições sejam satisfeitas, sendo usual o vencimento no final do mês.

3. Juros: o rédito é reconhecido pelo valor bruto (antes de retenções de impostos), utilizando o método do juro efetivo, e inclui a quantia de amortização de qualquer desconto, prémio ou outra diferença entre a quantia inicial escriturada da dívida e a sua quantia na maturidade. Quando juros não pagos tenham sido acrescidos na aquisição, o recebimento subsequente de juros é distribuído entre os períodos pré e pós aquisição, a somente a parte pós aquisição é reconhecida como rédito.

**a.10) Instrumentos financeiros****a. Dívidas de terceiros**

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzido de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período e as reversões nos rendimentos.

b. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O custo dos juros incorrido com empréstimos é reconhecido na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica).

c. Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo valor do custo.

d. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos montantes líquidos de valores em caixa e nos depósitos à ordem.

a.11) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

a.12) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

a.13) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos funcionários incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, comissões e outras retribuições adicionais que forem decididas pontualmente pelo órgão de gestão.

a.7) Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos, e que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à prestação de serviços decorrentes das respostas sociais convencionadas são reconhecidos como proveitos correntes.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados a investimentos no ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Nos casos em que os subsídios estejam relacionados com ativos fixos tangíveis não depreciáveis, ou ativos intangíveis com vida útil indefinida, serão mantidos no capital próprio.

Subsídios do Governo reembolsáveis são reconhecidos como passivos, e como tal registados e apresentados. O eventual benefício decorrente da isenção ou bonificação de juros não é registado como ganho.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Outros subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

a.8) Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Instituição) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

a.9) Imposto sobre o rendimento do período

O gasto referente ao imposto sobre o rendimento do período resulta do imposto corrente apurado.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Instituição de acordo com as regras fiscais em vigor.

a) As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

b) Outras políticas relevantes

As políticas contabilísticas apresentadas anteriormente foram aplicadas de forma consistente com o previsto nas NCRF-ESNL. Na data do balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados nas demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.2. Alterações das políticas contabilísticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram alterações nas políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram alterações nas estimativas contabilísticas da Instituição.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, de acordo com o parágrafo 6 da NCRF-ESNL.

3.5. Estimativas

Os custos que pela sua natureza não foi possível atribuir em exclusivo a uma Resposta Social determinada foram repartidos por todas as Respostas Sociais com recurso a uma percentagem ponderada, calculada com base no nº de utentes, de funcionários de cada Resposta Social e da utilização das instalações e equipamentos, processo este também aplicado às receitas que não se destinavam a uma Resposta Social determinada.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. As bases de mensuração e os métodos de depreciação utilizados, bem como as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis estão descritos na alínea a) do ponto 3.1.

4.2. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2022					
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Reforço	Regularizaçã	Saldo em 31-Dez-2022
Custo					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 402 264,31	-	-	-	2 402 264,31
Equipamento básico	282 812,07	-	-	-	282 812,07
Equipamento de transporte	185 626,36	36 986,10	-	-	222 612,46
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	101 379,62	-	-	-	101 379,62
Outros activos fixos tangíveis	23 737,98	-	-	-	23 737,98
Total	2 995 820,34	36 986,10	-	-	3 032 806,44
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	445 959,82	-	48 045,28	-	494 005,10
Equipamento básico	276 824,10	-	5 398,24	-	282 222,34
Equipamento de transporte	170 912,36	-	11 114,00	-	182 026,36
Ferramentas e Utensílios	708,34	-	-	-	708,34
Equipamento administrativo	103 223,22	-	3 700,73	-	106 923,95
Outros activos fixos tangíveis	8 869,27	-	447,65	-	9 316,92
Total	1 006 497,11	-	68 705,90	-	1 075 203,01

31 de Dezembro de 2023					
	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Reforço	Regularizaçã	Saldo em 31-Dez-2023
Custo					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 402 264,31	-	-	-	2 402 264,31
Equipamento básico	282 812,07	-	-	-	282 812,07
Equipamento de transporte	222 612,46	-	-	-	222 612,46
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	101 379,62	-	-	-	101 379,62
Outros activos fixos tangíveis	23 737,98	-	-	-	23 737,98
Total	3 032 806,44	-	-	-	3 032 806,44
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	494 005,10	-	25 713,32	-	519 718,42
Equipamento básico	282 222,34	-	26 972,21	-	309 194,55
Equipamento de transporte	182 026,36	-	10 797,22	-	192 823,58
Ferramentas e Utensílios	708,34	-	-	-	708,34
Equipamento administrativo	106 923,95	-	710,85	-	107 634,80
Outros activos fixos tangíveis	9 316,92	-	-	-	9 316,92
Total	1 075 203,01	-	64 193,60	-	1 139 396,61

4.3. Restrição de titularidade de ativo fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Nada a referir.

4.4. Compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis

No período findo em 31 de dezembro de 2023 a Instituição não tem assumido qualquer compromisso contratual para aquisição de ativos fixos tangíveis.

4.5. Ativos fixos tangíveis expresso por quantias revalorizadas

A Instituição não possui ativos fixos tangíveis revalorizados.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Não aplicável.

6. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Durante o período de 2023 a Instituição não capitalizou custo de empréstimos obtidos.

7. INVENTÁRIOS

7.1. As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, bem como a fórmula de custeio usada estão descritas na alínea a) do ponto 3.1.

7.2. Em 2023 e em 2022, os inventários da Instituição são detalhados conforme se segue:

	2023			2022		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias			0,00			0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9 838,01		9 838,01	4 740,56		4 740,56
Produtos e trabalhos em curso			0,00			0,00
	<u>9 838,01</u>	<u>0,00</u>	<u>9 838,01</u>	<u>4 740,56</u>	<u>0,00</u>	<u>4 740,56</u>

7.3. O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 2023 e em 2022 é detalhado conforme se segue:

	2023		
	Mercadorias	MP, Subsid. consumo	Total
Existência inicial		4 740,53	4 740,53
Compras		165 740,78	165 740,78
Regularizações			0,00
Existência final		9 838,01	9 838,01
Custo das merc. vendidas e das mat. consumi	0,00	160 643,30	160 643,30

	2022		
	Mercadorias	MP, Subsid. consumo	Total
Existência inicial		5 283,29	5 283,29
Compras		130 684,46	130 684,46
Regularizações			0,00
Existência final		4 740,56	4 740,56
Custo das merc. vendidas e das mat. consumi	0,00	131 227,19	131 227,19

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1. As políticas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinação da fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços estão descritos na alínea a) do ponto 3.1.

8.2. Quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período

	2023	2022
Vendas		
Prestações de serviços	921 805,02	819 093,25
Susídios à exploração	643 476,50	570 087,95
Outros rendimentos	105 579,69	88 763,73
Juros	2 673,89	1 320,24
Imparidades / reversões		
TOTAL	1 673 535,10	1 479 265,17

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Provisões	2023			
	Início	Aumentos	Diminuições	Final
Impostos				0,00
Garantias a clientes				0,00
Processos judiciais em curso				0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais				0,00
Contratos onerosos				0,00
Provisões específicas do sector				0,00
Outras provisões	616 072,44	0,00	0,00	616 072,44
TOTAL	616 072,44	0,00	0,00	616 072,44

Foram criadas provisões no exercício de 2019, para fazer face às irregularidades detectadas na inspecção efectuada pelo Departamento de Fiscalização, Unidade de Fiscalização do Norte do Instituto da Segurança Social.

10. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1. Subsídios, doações e legados à exploração

A Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do governo e de outras entidades públicas:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Governo	589 197,52 €	456 540,61 €
ISS, IP - Centro Distrital	589 197,52 €	457 387,57 €
ISS, IP - Centro Distrital - Covid-19	- €	846,96 €
SubTotal	589 197,52 €	456 540,61 €
Subsídios de outras entidades		
IEFP	54 278,98 €	143 790,21 €
Autarquia	- €	- €
Outros	- €	3 472,00 €
SubTotal	54 278,98 €	147 262,21 €
Total	643 476,50 €	603 802,82 €

10.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer		
Seguros	918,58	5 838,12
...	-	-
...	-	-
Total	918,58	5 838,12
Rendimentos a reconhecer		
POPH	-	-
Em subsídios para investimento	-	-
...	-	-
Total	-	-

10.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2023	2022
Caixa	377,69	2 708,66
Depósitos à ordem	14 288,50	209 553,68
Depósitos a prazo	79 500,00	-
Outros	-	-
Total	94 166,19	212 262,34

10.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	59 390,67	82 945,72
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	59 390,67	82 945,72

10.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	883,93	1 993,59
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	883,93	1 993,59
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5 477,03	3 713,95
Segurança Social	43 084,24	23 345,87
Outros Impostos e Taxas	1 485,52	609,67
Total	50 046,79	27 669,49

10.2. Gastos com o pessoal

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	1 052 733,73	914 474,90
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	211 478,18	164 348,76
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	12 586,68	9 711,42
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	3 839,45	3 465,52
Total	1 280 638,04	1 092 000,60

10.3 Clientes e utentes

A rubrica "Clientes e Utentes" tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c	47 606,81	56 461,51
Clientes	-	-
Utentes	47 606,81	56 461,51
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	47 606,81	56 461,51

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2023	2022
Clientes	2 741,77	-
Utentes	-	-
Total	2 741,77	-

10.4. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Adiantamentos ao pessoal	1 393,42	1 513,99
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
...	-	-
Outros Devedores	-	-
Perdas por Imparidade	-	-
Total	1 393,42	1 513,99

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	105 579,69	89 124,97
Total	105 579,69	89 124,97

10.12. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

	2023	2022
Impostos	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dividas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	1 319,79	400,86
Total	1 319,79	400,86

10.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1 008,02	1 456,12
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	1 008,02	1 456,12
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	2 673,89	1 320,24
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	2 673,89	1 320,24
Resultados financeiros	1 665,87	(135,88)

10.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	-	-	-
Outros credores	-	212 684,85	-	197 767,66
	-	-	-	-
Total	-	212 684,85	-	197 767,66

10.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	-	-
Trabalhos especializados	58 610,33	15 722,92
Publicidade e propaganda	135,00	135,00
Honorários	27 878,75	12 980,00
Comissões	-	-
Conservação e reparação	39 751,75	19 608,10
Serviços bancários	301,28	412,81
Materiais	15 871,22	8 710,90
Energia e fluidos		
Eletricidade	11 729,09	20 977,37
Combustíveis	19 043,57	20 662,85
Água	4 135,64	3 377,78
Outros - Gás	23 307,98	20 929,75
Deslocações, estadas e transportes	3 712,60	1 767,05
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	-	-
Comunicação	3 060,98	3 028,38
Seguros	4 687,49	4 282,85
Contencioso e notariado	5 684,05	117,00
Limpeza, higiene e conforto	66 503,56	63 751,02
Outros serviços	-	-
Total	284 413,29	196 463,78

10.11. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1. As bases de mensuração e políticas contabilísticas utilizadas na contabilização de instrumentos financeiros estão descritas na alínea a) do ponto 3.1.

11.2. Durante o exercício de 2023 e 2022, ocorreram os seguintes movimentos relativos aos Fundos Patrimoniais.

Descrição	Saldo em 01-Jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2023
Fundos	4 987,98	-	-	4 987,98
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	1 108 458,52	(121 422,71)	(10 989,22)	976 046,59
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	206 517,52	7 500,00	(71 944,36)	142 073,16
Total	1 319 964,02	(113 922,71)	(82 933,58)	1 123 107,73

11.3. Ativos financeiros dados em garantia ou penhor ou promessa de penhor.

No exercício a Instituição não deu ativos financeiros em garantia ou em penhor.

11.4. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano.

a). Dívidas a instituições de crédito.

A instituição não tem dívidas a instituições de crédito.

11.5. A instituição tem os seguintes investimentos em Fundos:

- Fundos de compensação	-	14.642,57 €
- Quotas Centuris	-	250.00 €

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número de funcionários ao serviço de Instituição no final do período foi de 87, e reparte-se do modo seguinte pelas Respostas Sociais. O número de utentes foi 158.

Valência	N.º Médio de funcionários
Creche	12
Serviço de Apoio Domiciliário	24
Lar de Idosos	42
Centro de Dia	8
Actividades diversas	1
Valência	N.º Médio de utentes
Creche	55
Serviço de Apoio Domiciliário	41
Lar de Idosos	40
Centro de Dia	19
Actividades diversas	3

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

13.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 26 de Março de 2024.

13.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

No período que decorreu entre 31/12/2023 e 28/03/2024 não foram detetadas quaisquer situações que impliquem o reconhecimento de alterações às demonstrações financeiras reportadas a 31/12/2023.

14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o art.º 2º do DL 534/80 de 7 de novembro, declara-se que não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

Mais declaramos que, de acordo com o nº 1 do art.º 21 do DL 411/91 de 17 de outubro, não há débitos em mora a Segurança Social e não há acordos de pagamento celebrados com essa entidade.

A Instituição não possui sucursais.

15. OUTRAS DIVULGAÇÕES

Nada a declarar.

Avidos, 26 de Março de 2024.

O contabilista certificado

A Direção

Assinatura do contabilista certificado
Aldo A. S. S. D. - G. L. Celso

Assinatura da direção

Assinatura
Posta

Assinatura
M. Silva

Assinatura